

Secção V — ESTRATÉGIAS: Hodologias e Técnicas

UM GUIA PARA A DESCRIÇÃO CLÍNICA **

USANDO O «FORMATO SUMÁRIO DE INTERACÇÃO FAMILIAR» *

● *Peter Loader*
Warren Kinston
Arnon Bentovim

A Terapia Familiar dá ênfase à família como unidade básica de estudo e tratamento de problemas psicológicos. Os terapeutas familiares vêem os sintomas do indivíduo como predominantemente significativos no contexto do seu sistema relacional familiar e realçam o processo interaccional que ocorre entre os membros familiares.

Uma revisão da literatura revela a falta de um método sistemático aceite para descrever a interacção familiar. Como parte de qualquer avaliação psiquiátrica, uma descrição sistemática escrita do funcionamento da família, breve ou longa consoante as circunstâncias, é requerida.

O Formato Sumário de interacção familiar foi ideado para ir ao encontro desta necessidade. Apresenta-se um guia para uso do Formato, não se descrevendo o método por que foi desenvolvido ou testado. Não intenta ser compreensivo e não contém uma recensão da literatura pertinente: pressupõe-se que os utilizadores estudaram terapia familiar e conhecem este campo.

CRITÉRIOS

Um método clinicamente desejável para descrever a interacção familiar necessita ser:

1) *Sistemático e claro*: o que requer um formato lógico com definida terminologia aceite e com cada área conceptual de interacção repartida em partes componentes observáveis e mentalmente manejáveis.

* É um dos estudos da série clínica e de investigação produzidos pelo *Family Studies Group* no Departamento de Medicina Psicológica do *Hospital for Sick Children, Great Ormond Street, London, W.C.1., U.K.*, em associação com o *Brunel University, Uxbridge, Middlesex, U.K.*

Preparado para *The 1st International Congress of Marital and Family Therapy, November (5h — 9th), 1980, Toronto, Canadá.*

** Agradeço ao Dr. Arnon Bentovim a amizade com que nos distinguiu ao permitir a sua publicação, testemunhando-me meu apreço pelo trabalho tão rigoroso de que me deu a ocasião de observar em Londres, precisamente no referido *Hospital for Sick Children* (Pina Prata).

2) **Compreensivo:** todas as grandes áreas de interacção devem ser cobertas, sem ênfase sobre este ou aquele aspecto particular.

3) **Breve:** com a prática, deve poder ser completado rapidamente.

4) **Largamente aplicável:** deve ser útil para clínicos de diferentes orientações teóricas e de grau de experiência diverso, incluindo os recém-chegados ao campo.

Foi com estes critérios em mente que desenvolvemos o «Formato Sumário de Interação Familiar». Agradecemos *feed-back* que vão tão longe quanto possível.

ESTRUTURA

O Formato Sumário aqui descrito é a versão actualmente em uso. Foi reformulado e modificado várias vezes e conta-se sofra constante revisão à medida que nossa compreensão da família se desenvolva.

O Formato Sumário considera o sistema familiar na sua totalidade, incluindo o relacionamento com o seu redor (*environment*) e seus subsistemas componentes, como também os aspectos relevantes do funcionamento individual, que contribuem para a avaliação do funcionamento familiar. Tem a ver unicamente com a interacção e funcionamento familiar tal como observados agora-e-aqui. É por isso um só aspecto da completa avaliação da família; esta deveria considerar também os problemas apresentados, a história do desenvolvimento familiar, crises, tensões, etc.

O Formato Sumário esboça oito agrupamentos conceptuais (dimensões) da interacção e função familiar, cada um em página separada. São: Atmosfera, Comunicação, Estado afectivo, Limites, Operações familiares, Alianças, Função parental e relacionamento com o Derredor. Cada um deles divididos em subsecções que oferecem terminologia para ajuda da descrição, com espaço para os clínicos tomarem notas.

A página da frente permite a notação dos membros da família presentes e ausentes e oferece instruções genéricas para uso do Formato. São para que os clínicos considerem a família como um todo, descrevam unicamente o que vêem, minimizem as interferências, sejam breves e específicos e evitem a repetição.

CONTEÚDOS DO FORMATO SUMARIO

Nesta secção, as oito dimensões e as suas oito subsecções são delineadas. Nosso objectivo é apresentar com intentos clínicos e não de investigação, a natureza do Formato. Não pretendemos ser exaustivos ou definitivos e as referências são dadas ao mínimo. Os comentários e críticas são bem-vindos.

ATMOSFERA

Ao conceito de «atmosfera familiar» presta-se pouca atenção, relativamente, na literatura familiar, e em geral sua definição é vaga. Ackerman descreveu-a como «a múltipla mudança das correntes emocionais e das contra-correntes no interior da família».

O fenómeno da atmosfera familiar é bem conhecido dos clínicos, mesmo se o julgam difícil de definir ou de descrever o que entendem por este termo. Julgamos que se refere ao «sentimento geral da família, a uma qualidade penetrante, quanto distinta, embora tão intangível como o cheiro e o gosto». É uma resposta subjectiva global do terapeuta a tudo o que a família diz e faz e é melhor apreciada em estreita proximidade física da família. Colegas olhando através do espelho unidireccional podem estar demasiado distantes para o sentirem completamente. As famílias podem ser tão «venenosas» que o terapeuta anseie por ficar fora da sala.

Tentámos desemaranhar as características familiares observáveis de particular relevância quanto à atmosfera. Partimos da ideia de que «a atmosfera» é o efeito emocional do estarem em conjunto os membros da família. Então, distinguimos dois aspectos que etiquetámos «humor» familiar e «tom» familiar. Ficámos insatisfeitos com tais etiquetas. «Humor familiar» refere-se ao sentimento prevalecente de segurança/calor ou perigo/frieza. «Tom familiar» refere-se ao à-vontade social: se a família se sente confortável e relaxada por estar junta ou se há qualquer grau de desconforto, rigidez ou embaraço; famílias próximas e cordiais podem contudo apresentar-se numa entrevista clínica embaraçadas e desconfortáveis.

A presença de um sentido de humor na família parece entrar a aqui. É uma força a que se dá pouca atenção. A capacidade de família de usar uma ironia getntil e de ver o lado de humor das coisas é importante no lidar com as provas e tribulações do dia-a-dia. É necessário distinguir o humor do sarcasmo, do ridículo, do desprezo, do escárneo que promovem uma tão diferente atmosfera familiar. A capacidade de rir em conjunto dos membros deve ser notada, como também a espécie de riso que ocorre. É consequência do genuíno bom humor, ou é bizarro, embaraçado, ou uma pantalha para esconder miséria e agressão?

Finalmente, deve ser considerada a qualidade das interacções entre os membros da família. As relações podem ser caracterizadas por apoio e apreço, desinteresse e apatia, ataque e oposição. Em certas famílias, os membros nunca se deixam ir juntos para nada.

Naturalmente, a natureza das interacções familiares devem ser vistas à luz da sua adequação contextual, por exemplo, o comportamento crítico por parte de um dos pais para com o filho pode ser de apoio, quando realizado com benevolência, em certas circunstâncias. O contexto geral também deve ser considerado, por exemplo, a atmosfera da família no luto será inevitavelmente cheia de pesar.

COMUNICAÇÃO

Tanto a experiência clínica como uma revisão da literatura exigem a inclusão da comunicação como um grande título. Em contraste com a atmosfera, parece estar bem localizada na própria família e ser passível de avaliações objectivas.

Infelizmente o termo «comunicação» significa diferentes coisas para diversas pessoas. Com a obra pioneira de Bateson, tornou-se uma abordagem para as famílias e para a terapia. Os teóricos da comunicação defendem uma posição extrema ao verem comunicação em todo o comportamento, de tal modo que terminamos por nos interrogar que há que *não* seja comunicação. Os investigadores familiares tentaram abordar a complexidade do processo de comunicação, focando aspectos específicos. Por exemplo, a análise linguística foi aplicada a transcrições de terapia familiar e foram investigadas a ordem por que falam os membros da família e a frequência com que uma determinada pessoa se dirige a uma outra. Esta abordagem teórica falha particularmente no prover definições de comunicação que sejam significativas e operacionais no quadro clínico. Todavia, Riskin e Faunce (1970) deram uma contribuição, pelo delineamento que fizeram do que é inferência baixa, relevante e de componentes manipuláveis adentro do conceito geral.

O nosso uso do termo «comunicação» refere-se aos intercâmbios verbais directamente observáveis, aos indicadores para-verbais (vg. o tom de voz) e os referidos sinais não verbais (vg. movimentos do corpo). O Formato prevê um guião para a descrição da comunicação familiar em termos de padrões globais, de expressão e de recepção de mensagens e da natureza predominante dessas mensagens.

Os padrões gerais da comunicação familiar referem-se tanto a características gerais, como o nível de ruídos, o estilo de conversação (vg. débito, fragmentação) e igualdade de participação. Contribuem todos os membros da família apropriadamente ou é a conversa dominada por um ou mais membros com a exclusão de outros ou pelo pôr-se de fora? Quem fala com quem na família? Pode ser que todos os membros da família falem uns com os outros abertamente e livremente, consoante as necessidades o ditam, ou que a comunicação seja rotineiramente restringida e limitada, entre alguns membros ou todos. Pode ser que seja preferido ou obrigatório uma determinada carreira para toda a família, por exemplo, que todas as comunicações passem pela mãe, como «comutador» da família. Uma outra propriedade é a capacidade da família em partilhar um foco de atenção e de desenvolver tópicos e temas. Isto pode ocorrer facilmente e naturalmente ou os membros da família podem manter a partilha de uma focagem e/ou desenvolver um tópico coerentemente. Igualmente importante é a capacidade de movimentar-se de para outro tópico da conversação. É isto que ocorre ou a família adere rigidamente ou retorna repetidamente a

um assunto particular? São tais mudanças de tópico flexíveis e apropriadas, ou ilógicas e bizarras?

A clareza da expressão é essencial para comunicar significações; frequentemente as famílias perturbadas têm dificuldades nesta área.

As mensagens podem ser anucleares, quando sussurradas, ou pobremente articuladas, ou se o conteúdo é baralhado, vago ou mascarado. O que pode resultar em desentendimento. Mais ainda difícil de lidar pode ser o desentendimento inerente à incongruência verbal e não-verbal. As deixas não-verbais podem confundir, negar ou desqualificar o conteúdo verbal explícito.

Que deve fazer uma criança cujo pai lhe diz para «parar lá com essas lutas» e entretanto fica sentado passivamente na sua cadeira, e fala com um tom de voz sem viveza? A comunicação requer também que a mensagem se dirija à pessoa que a espera e mais uma vez as deixas não-verbais, como o contacto-com-os-olhos, são importantes.

A efectiva comunicação familiar depende tanto do modo como as mensagens são recebidas e respondidas como da clareza na recepção de mensagens porque lhes não prestam atenção ou não se ouvem uns aos outros. Podem receber mensagens, sem delas tomar conhecimento (quer verbal quer não-verbal), pelo que o emissor não pode estar seguro se a sua mensagem fez o caminho esperado. Em contrapartida, as mensagens recebidas podem ser mal interpretadas ou respondidas de modo inadequado.

Finalmente o tipo predominante de mensagem é importante. São os membros da família capazes de trocarem informação de modo livre e com espontaneidade? É a comunicação caracterizada por muitas ou poucas mensagens de controlo, tais como ordens, pedidos, instâncias, questões?

ESTATUTO AFECTIVO

Experimentamos bastante dificuldade em planear esta secção do Formato e em intitulá-la. O central problema é a relação complexa que existe entre o indivíduo e o funcionamento familiar.

Será significativo falar dos aspectos experimentais da vida familiar, quando são os indivíduos que têm sentimentos, fantasias, e não a família? Numa reflexão ulterior, torna-se claro que não estamos interessados com a psicodinâmica individual, mas com um fenómeno familiar particular. A família tem de ter uma vida «emocional» e está entre si ligada por significações comuns partilhadas e por experiências intersubjectivas que constituem a «realidade familiar» (*Kinston and Bentovim*, 1980).

A experiência emotiva pode ser localizada num indivíduo, mas é regulada pela interacção entre os membros familiares, ao mesmo tempo que regula esta interacção, em particular quanto ao modo como se expressam, respondem e falam no que se refere a sentimentos. A efectiva dimensão da vida familiar envolve mais do que a comunicação; trata também dos sentimentos que podem

ter estado subentendidos na *Comunicação*. A Comunicação não tem em conta factores tais como esfera, diferenciação e intensidade de emoções. Nem a abrange nos métodos familiares de responder aos desejos dos membros, as suas necessidades, receios, fantasias e expectativas. O campo emocional da família encontra-se qualquer parte entre o mundo social de expressão pública e o mundo pessoal da experiência privada. Este aspecto da vida familiar exige maior investigação. Cremos que observação cuidada, sem a dependência indevida de hipotéticas interferências, produz uma riqueza de pormenores sobre a experiência emocional adentro da família.

A família pode mostrar abertura a um largo ou estrito tipo de sentimentos, ou restringir a experiência a uma única simples valência positiva (vg. amor, ternura, ventura, alegria), ou negativa (vg. medo, angústia, tristeza, ódio). Por vezes parece ausente a experiência interna com a consequente apatia ou blandícias. A diferenciação da experiência talvez esteja ligada com a capacidade de usar palavras, mas a família pode favorecer ou aceitar respostas globais tais como «bom» «okay» («está bem») e «mau». Os estados dos sentimentos devem-se considerar em relação com a situação que os provocou. Podem ser incongruentes, inapropriados ou bizarros. A intensidade pode ser alteada, apropriada ou diminuída; e a sua duração pode ser vista ao longo de um contínuo, desde uma intensidade prolongada sempre apropriada até uma outra transitória ou pobremente-sustentada.

O segundo maior componente do estatuto afectivo envolve a expressão da experiência. Como outras formas de comunicação, a clareza e a direcionalidade são importantes, mas há não menos alguns atributos especiais. É a expressão primariamente verbal ou não-verbal e qual o grau de congruência entre elas? São físicos ou psicológicos os sintomas usados como modo de expressão na família? A expressão dos sentimentos podem ocorrer naturalmente e espontaneamente, ou os membros da família podem mostrar sinais de desconforto e tentar esconder os seus sentimentos. Nalgumas famílias, a expressão emotiva é usada primariamente com propósitos manipulatórios, vg. um membro pode controlar outros ficando deprimido ou furioso.

O terceiro componente observável do estatuto afectivo é o reconhecimento e a avaliação da experiência interna adentro da família. As experiências podem ser distorcidas, desqualificadas, desvalorizadas ou rejeitadas pelos membros da família. Pode ser que qualquer expressão emocional seja inaceitável, ou pode haver uma aceitação selectiva e o encorajamento de alguns estados (vg., excitação), ou uma rejeição de outro (vg., depressão). Isto pode ser um fenómeno na totalidade da família ou um fenómeno subsistémico. Ao invés, o derredor familiar pode ser um em que todas as experiências podem ser aceites como essenciais, importantes, parte da vida familiar e em que os membros delicadamente reconhecem e convenientemente respondem aos sentimentos e necessidades de si próprios e dos outros. As famílias variam na capacidade com que os membros falam significativamente acerca dos acontecimentos que os

afectam. A um extremo, a família pode ser uma que olha tanto para dentro que a vida do dia a dia fica interferida por isso; no outro extremo, tão pobre que os maiores acontecimentos, tais como a morte, não podem ser assimilados.

LIMITES

O modelo estrutural de Minuchin quanto ao funcionamento da família promoveu o conceito de fronteiras como um parâmetro para a avaliação do funcionamento familiar e como uma focagem útil para o trabalho terapêutico (Minuchin, 1974).

Os limites referem-se ao grau de separação e de conexão que caracteriza o sistema familiar. Sempre devem ser considerados à luz do desenvolvimento individual e familiar. O conceito é aplicável a todos os níveis de funcionamento: há um limite em redor da família; limites adentro da família e limites em torno do indivíduo e dos membros familiares. (O limite em torno da família define a sua relação com o mundo exterior. Pensamos que este aspecto do funcionamento da família necessita da sua secção própria: *Relação com o Derredor*).

Limites adentro da família podem descrever-se com referência à família-como-um-todo, definida a conexão e a separação dos membros da família e dos vários subsistemas familiares. Minuchin concebe todas as famílias como caindo qualquer parte ao longo de um contínuo, cujo polos são os dois extremos de muito difusos limites (a família «emaranhada») e as super-rígidas fronteiras ou limites (as famílias «desapegadas»). Os limites difusos são excessivamente permeáveis, por isso os diferentes membros estão mais-que-juntos. São super-reactivos e «super-respondedores» uns aos outros. O mútuo superenvolvimento é tal que uma mudança num dos membros da família reverbera através da família inteira. A interrupção e a intrusão quanto ao pensamento, à fala, aos sentimentos e à relação com os outros é um lugar comum. Os limites podem ser tão difusos que os indivíduos crêem sempre saber o que pensam todos os elementos da família. Quando os limites que definem as relações da família são tão super-rígidos, há um sentido de desconexão entre os diferentes membros da família. A comunicação e o esforço cooperativo são muito difíceis e as respostas empáticas virtualmente impossíveis. Os membros da família estão isolados e tendem a fazer o seu caminho, mostrando pouco interesse pelos demais. Entre estes dois extremos encontram-se a maioria das famílias, com limites funcionando efectivamente. Idealmente estas são firmes-mas-flexíveis, bem diferenciadas mas apropriadamente permeáveis. Os membros da família são capazes de engrenarem e de cooperarem uns com os outros, consoante as circunstâncias. Por outro lado, não se intrometem, nem interferem com o funcionamento autónomo uns dos outros e há um saudável balanço entre conexão e separação.

Os limites não são necessariamente consistentes em toda a família; assim é possível estarem ambos os extremos presentes, simultaneamente. Por

exemplo, um dos pais pode estar superenvolvido com um dos filhos (limites difusos) enquanto o outro está isolado (limites rígidos). Os pais podem alternar, a mãe estar superenvolvida a um dado momento e o pai, noutro. Neste caso, não só ambos os extremos estão presentes, mas sua distribuição na família varia em diferentes momentos. Pode haver vários subgrupos de membros familiares: as regras que determinam quem neles participa e como constituem os limites dos subsistemas familiares.

Existem limites particularmente importantes entre as gerações (definindo os subsistemas dos pais e dos filhos); e entre os sexos (definindo os subsistemas femininos e masculinos). Quando os limites intergeracionais são fracos, um filho pode ser «parentificado» ou um pai «infantilizado». Num outro extremo, o limite intergeracional pode ser excessivamente rígido, com papéis parentais e filiais fixos e estereotipados. A distinção entre os sexos pode ser pobremente definida ou indesejavelmente exagerada. Nada vale que os pais mostrem um reverter de papéis usuais pai/mãe, continuando a estabelecer uma clara distinção entre masculino/feminino.

Finalmente, ao nível individual de funcionamento, há limites que determinam a identidade dos membros familiares e o seu grau de individuação. A diferença individual pode ser tão pobre que os membros da família são incapazes de actuar independentemente e mesmo de conhecer as suas diferenças.

Raramente são capazes de se responsabilizarem pelos seus próprios sentimentos e acções e tendem a ver estes como causados pelos outros. A despeito do seu excessivo estar-em-conjunto, o tão apregoado sentido de pertença é mais aparente que real, visto que qualquer genuína relação requer uma vista de si próprio como separado, como ser humano único. O superenvolvimento também pode manifestar-se como excessiva auto-afirmação, luta pela identidade ou evitamento de pertença. Idealmente, os membros da família têm um seguro sentido de pertença e exibem um apropriado grau de autonomia. Estão conscientes de suas diferenças e aceitam-nas e são capazes de se afirmarem a si próprios numa atmosfera de mútuo respeito.

OPERAÇÕES FAMILIARES

Esta secção inclui um número de tarefas familiares: resolução de conflito, operar de decisão, resolver de problemas e questões específicas do ciclo da vida familiar. Estas operações são centrais para o funcionamento da família e mutuamente influenciam e são influenciadas por outras qualidades e características da família.

A resolução de conflito refere-se à capacidade da família de reconhecer e resolver as diferenças inevitáveis que ocorrem entre os seus membros. Se a existência de conflito não é reconhecida, nem abertamente conhecida, a resolução é problemática. Algumas famílias tentam lidar com o conflito, nunca discordando. Outras famílias podem suscitar constantes desacordos, evidenciando

a importância e indicando a proximidade. A resolução dos desacordos pode tomar variadas formas. Pode ocorrer intermitentemente, com períodos intervenientes de retirada e de quebra de comunicação; as questões conflituosas podem ser confusas e extraviadas ou podem ser aceites soluções simplistas insinceras. Também um dos membros pode actuar como mediador no conflito dos outros ou afastar a atenção das questões. Isto impede com frequência a resolução; e se um dos filhos tem este papel central, a família é quase certamente disfuncional. Numa família saudável, os conflitos não são abertamente desacreditados e são resolvidos pela negociação, pelo empenho criativo ou pelo compromisso e os membros da família sabem aceitar que estão errados ou que cada um tem razão.

As famílias têm que tomar decisões a todo o momento. A tarefa de operar decisões tem três aspectos: os participantes, o processo e a implementação. Nem sempre as famílias têm que tomar decisões que afectam a cada um, mas decisões que dizem só respeito a alguns membros; também cada indivíduo tem que tomar as suas próprias decisões. Deve-se notar quem toma parte no processo de decisão. Os membros podem envolver-se inapropriadamente ou de algum modo interferir nas decisões dos outros ou serem deixados de fora quando tinham uma palavra a dizer na decisão. O processo de operar a decisão pode ser mais ou menos flexível, mais ou menos elegante. Pode uma pessoa ser eleita como decisor (o que toma a decisão) ou as decisões podem ser rotineiramente autocráticas. Uma família pode ignorar a necessidade de tomar uma decisão, ou ser incapaz de tomar uma e derivar para a decisão de não-agir. Noutra família a decisão alcançada pode não corresponder, de todo, a quaisquer desejos dos indivíduos. Há famílias que tomam uma decisão e acabam por fazer qualquer coisa de completamente diferente ou nada fazem; há as que executam a decisão de modo limitado; outras implementá-la-ão inteiramente.

O resolver de problemas reporta-se à capacidade da família lidar com dificuldades encontradas com respeito a um comportamento individual, às relações entre os membros da família ou aos pedidos e stresses do derredor. Algumas abordagens da terapia familiar focalizam a ajuda à família no desenvolver de suas capacidades de resolver problemas (Haley, 1977; Epstein, 1978). A operação de resolver problemas envolve um certo número de etapas. Em primeiro lugar, as famílias devem ser capazes de se aperceberem exactamente dos problemas importantes. Se os problemas são constantemente negados ou mal etiquetados, ou redefinidos com infelicidade, ou hiper-simplificados, acumulam-se e tornam-se esmagadores. A seguir à identificação do problema, a família organiza-se para o negociar. Estão os mais importantes participantes envolvidos? É como é flexível a família na procura e consideração de alternativas? A família tem de fazer, então, um plano realista e pô-lo em acção. A incerteza e a ambiguidade devem entretanto ser toleradas, desde a identificação do problema até à sua solução. O estágio final comporta a avaliação de como efectivamente o problema foi negociado. Sem o que a família é incapaz de aprender com a sua experiência e desenvolver a capacidade de resolver problemas.

Grande número de problemas fazem parte do ciclo vital familiar. Duval (1967) descreveu as várias etapas, em cada uma das quais apresenta a família com várias tarefas que devem ser dominadas. Os sintomas podem ser um sinal que a família está com dificuldade em completar uma etapa do seu ciclo vital ou em movimentar-se para o seguinte. No Formato Sumário abordamos o modo como a família trata as tarefas correntes. Por exemplo, podemos considerar a etapa do ciclo vital da família que compreende o período desde quando o mais velho dos filhos vai para a escola até ao despontar da puberdade. As tarefas incluem: a) ajudar o filho a relacionar-se com o mundo exterior, criando laços com os seus pares e perdendo dependência dos membros familiares; b) reverem os parentes as suas relações conjugais, face à eventual partida de seus filhos, renegociando suas diferenças quanto ao modo de educarem, diferenças que se tornam mais manifestas com o aumento das diferentes possibilidades dos filhos; c) reorganizar a família nas suas ligações com os sistemas exteriores como o escolar e lidar com o desenvolvimento de novos interesses e actividades.

ALIANÇAS

A par do considerar a família como um todo, é essencial olhar para os subsistemas que constituem a família.

Há duas grandes modalidades de olhar as alianças na família. Uma delas é olhar o padrão geral das relações e notar os agrupamentos mais importantes. A outra é de olhar para cada subsistema, particularmente as díades componentes. O subsistema marital é a díade-corção da família; irmão-irmão, filho-pai e parente-filho, são relações que podem comportar díades. Consideramos a interacção pai-filho numa secção especial por ser de capital importância clínica no nosso quadro de psiquiatria infantil.

Numa família funcionando bem, as relações são apropriadamente fortes e próximas, consoante a idade, sexo e papel, e mostram flexibilidade. Fortes relações entre membros foram chamadas alinhamentos ou coalisões. Servem estas para fortalecer ou enfraquecer o funcionamento familiar.

A família pode cindir-se em grupos de guerreio ou que se distanciam, ou lançar-se sobre um membro. A triangulação é a inclusão de uma terceira pessoa para reduzir a tensão entre dois membros da família. O bode expiatório não se refere unicamente a uma excessiva focalização num membro, mas a uma situação em que tudo o de mal é descarregado sobre aquele membro, sem tréguas. Estes padrões podem facilmente ser representados de forma diagramática.

Alguns aspectos da relação marital deveriam ser descritos noutra lugar do Formato, vg. na Comunicação. Seleccionamos quatro áreas a serem notadas neste ponto: afeição, suporte, maturidade e balança de asserção. Como se estimam os parceiros maritais? Mostram calor um para o outro ou é frequente a hostilidade mútua? Apoiam-se marido e mulher um ao outro? Respeitam as

opiniões um do outro e um ao outro se encorajam? Qual o grau de amadurecimento de sua relação. Mulher e marido relacionam-se como iguais ou até como dois irmãos? Estão balanceadas, equilibradas, as asserções? São capazes de dar e tomar delegação satisfatória e partilhada de decisões? É um do par dominante com o outro submisso? Há contínua disputa entre o par para obter o predomínio? É a interacção «deslavada», por nenhum dos do par marital ser capaz de se afirmar, ele ou ela, ou não há padrão de predomínio porque marido e mulher não se relacionam de todo?

Na nossa experiência clínica, a interacção entre irmãos é frequentemente negligenciada, a menos que seja patológica em extremo. Há vários aspectos quanto a esta relação que merece a nossa atenção. Na entrevista, os irmãos têm usualmente a oportunidade de jogar juntos. Como se estimam e estão alegres uns com os outros? Como se avêm com a sua rivalidade e em particular como partilham seus pais?

A relação filho-pai também deve ser examinada. Faz o filho o que diz o pai? Pede a seus pais coisas razoáveis ou excessivas, ou insuficientes? Vai para cada pai igualmente ou mostra preferência marcada, talvez quando necessita conforto. A relação filho-pai influencia e é influenciada pela natureza da interacção pai-filho, abaixo considerada.

FUNÇÃO PARENTAL

Embora a qualidade da relação marital afecte a de pai que ocorra, os papéis parentais podem ser considerados separadamente. Referem-se estes ao como marido e mulher se relacionam um com o outro como pais e como as tarefas específicas de educação e de socialização dos filhos são levadas a cabo.

Uma faceta da interacção parental tem a ver como os pais dividem o cuidado dos filhos entre si. As famílias variarão no modo de o fazer, mas é importante para os pais chegarem a um mútuo satisfatório arranjo. Outro aspecto essencial é se os pais são capazes de concordar no como os filhos devem ser educados. Não só os pais têm necessidade de chegar a um certo acordo ou compromisso, mas devem prestar-se também mútuo apoio e cooperação, quando tratam com os filhos. Chegam a voltar-se as costas quando um filho está em dificuldade ou minam-se um ao outro? Junta-se um pai a um filho contra o outro? Excluem-se um ao outro nas relações com os filhos? Os pais podem agir independentemente por causa de seu mútuo isolamento ou porque são incapazes de negociar e de comprometer-se ou de expressar hostilidade.

Como é que os pais realizam as tarefas particulares da paternidade? Devem atender apropriadamente aos pedidos físicos dos filhos, sem os negligenciarem, nem os super-protogerem. Também devem atender às necessidades emocionais, que incluem dar-lhes um sentido de pertença e ajudá-los a ganhar um sentido de autonomia. Outros aspectos, ainda, incluem os filhos sentirem-se felizes e orgulhosos de si próprios; serem consistentes nas respostas que lhes

dão e nas expectativas acerca deles mesmos; estabelecerem rotinas que vão ao encontro das necessidades tanto da família como dos filhos e dar consistência e estrutura ao seu dia-a-dia; relacionarem-se com eles de um modo que lhes vá com suas capacidades, características e necessidades; fazer-lhes pedidos apropriados para os ajudarem a desenvolver. Também necessitam os pais serem capazes de controlar os seus filhos, serem capazes de lhes colocarem limites apropriados à sua idade e sexo. As dificuldades com a disciplina podem ser de tipo intrusivo, insuficiente ou de controlo dévio.

Os conceitos desta secção e as apreciações sobre o exercício da paternidade-maternidade são familiares aos clínicos. Donde pudermos fazer de ambos os assuntos uma listagem.

RELAÇÃO AO DERREDOR

É essencial olhar para a família em termos do sistema social mais vasto de que faz parte. Os terapeutas com frequência negligenciam esta área e focam unicamente a família, tal como anteriormente negligenciaram a família e focaram o indivíduo. A consideração deste sistema mais largo e sua interacção com a família deve levar à localização da patologia nestas relações exteriores. O que pode levar à terapia de rede ou à familiar com a família extensa. Num quadro clínico, sempre obtemos alguma informação do modo como a família interage com o seu meio ambiente ou derredor. Noutros quadros, este aspecto deve ser mais aberto à observação. É possível avaliar três quadros de relações que a família tem com o mundo exterior: com a sua parentela, com os indivíduos exteriores ao sistema, incluindo o entrevistador; com o seu sistema de vizinhança.

De primordial importância é a necessidade de determinar as relações que a família estabelece com os seus parentes. Numa família que funciona bem, os pais conseguiram a sua independência, mas são capazes de continuarem a relacionarem-se intimamente com as suas famílias de origem. Outras famílias continuam a ser um subsistema menor do mais largo da família extensa. Consoante a natureza da família e dos factores sócio-culturais, isto pode ou não resultar. A um outro extremo uma família pode ter cortado todas as conexões com os parentes.

A relação que a família estabelece com o entrevistador e com o quadro do tratamento é directamente observável. As famílias podem aperceber-se das pessoas da não família como basicamente amigáveis e relacionar-se com elas de modo aberto e caloroso. Outras famílias parecem ser auto-suficientes e não se relacionam com estranhos. Algumas famílias apercebem-se dos estranhos como ameaçadores ou criadores de confusão e relacionam-se com hostilidade e suspeição. Outras absorvem estranhos para preencherem certas funções como a de mediador ou como a da pessoa que provoca o conflito familiar.

As famílias também se relacionam com sistemas de vizinhança e com instituições. Algumas não podem funcionar sem serviços de apoio. Uma família

saudável poderá servir-se apropriadamente de serviços externos, e ter um envolvimento construtivo de dupla orientação com a comunidade.

RESPOSTA DOS UTILIZADORES

Um grupo pequeno de terapeutas familiares, incluindo os autores, usaram na sua rotina o Formato Sumário para descrever como as famílias são avaliadas e tratadas. O Formato também tem sido apresentado em vários treinos e conferências *, em que os participantes dele se têm servido para descrever a interacção vista em videotape. Estes acontecimentos levantaram um certo número de dificuldades no uso do Formato.

A reacção imediata foi de duas contrastantes críticas da estrutura do Formato: era demasiado pesado, confuso e complicado; ou era limitado, simplista e preciso em demasia. Como resposta a estas objecções poderíamos arguir que o Formato faz justiça à inegável complexidade da vida familiar e que o pensamento disciplinado e as observações são componentes essenciais do trabalho clínico.

Um problema mais substancial era o de os utilizadores estarem incertos no modo como registar observações particulares da interacção familiar; há bastante superposição entre as diferentes secções do Formato para permitir o registo das predilecções dos clínicos e assegurar cobertura compreensiva. Todavia achámos que os utilizadores tinham dificuldade em localizar as observações que faziam. Em contrapartida reportavam alguns aspectos particulares e particulares-interacções em cada secção e omitiam outros fenómenos clínicos.

Alguns utilizadores criticavam a inclusão de termos e de observações aparentemente centrados no funcionamento individual, *vg.* afectividade, individualização. Diziam estar confusos quanto ao nível de descrição requerido. A nossa intenção é que a família seja considerada como um sistema, como um número de subsistemas e como um conjunto de indivíduos. O objectivo do Formato é de facilitar o registo das ocorrências directamente observadas e reportar o funcionamento da família e a natureza e padronização de certos aspectos do funcionamento individual devem nele ser incluídos para prover um julgamento significativo.

O Formato tem sido criticado por ser tão longo e gastador de tempo para o corrente uso clínico. Este factor-tempo tornou-se inevitavelmente combinado com outras dificuldades iniciais acima descritas. Qualquer forma de recolha de informação sistémica é gastadora de tempo, *v.g.* um exame clínico neurológico completo pode chegar a uma hora. No entanto, uma vez que a fami-

* Aqui se incluem: Society for Psychotherapy Research European Conference, 1979; Tavistock Training Conference, 1979; Annual Conference of Association for Family Therapy (UK), 1979-1980; International Conference of Group Psychotherapy, 1980; American Association for Marriage and Family Therapy, International Conference, 1980;

liaridade se atingiu e as necessidades dos problemas corrente estão estabelecidas, nem o exame neurológico, nem o nosso Formato gastam tempo indevido. O utente deve apossar-se do Formato com os seus princípios subjacentes, sua teoria e implicações, podendo assim abreviar adequadamente o seu relatório.

Na nossa experiência, estes problemas de disciplina, de decisão, de pormenor e de dificuldade rapidamente desaparecem com o uso do Formato. Os clínicos acham que ele aguça o seu uso terminológico, clarifica a sua percepção da interacção, aumenta a sua capacidade de formular planos terapêuticos. Tomm e Wright (1979) dividem as qualidades da terapia familiar em três competências: conceptual, perceptiva e executiva. O trabalho intelectual e perceptivo formam a base para acções abertas na família — o trabalho executivo. O Formato encoraja o desenvolvimento das qualidades conceptuais e perceptivas e auxilia o trabalho executivo, facilitando a avaliação de estratégias e técnicas particulares.

CONCLUSÃO

O trabalho que descrevemos foi construído sobre a nossa experiência e a de outros, ao observarmos e tratarmos famílias e baseia-se na crença de que uma observação e descrição cuidadosas são um componente da construção teórica e do seu testar.

O que pretendíamos era romper com as complexidades da interacção familiar, em vista da prática clínica. O que requer um método de conceptualização e descrição, próximo do usado intuitivamente ou que é uma extensão das capacidades intuitivas e de observação não exercitadas. Nosso esforço global foi guiado, tanto pela prática como pela teoria. Com a experiência e o seu uso repetido. O Formato pode ser mentalmente abreviado e a interacção familiar ser significativamente e não-idiosincriticamente resumida, num ou dois parágrafos de um diagnóstico de sumária terapia.

O Formato Sumário manter-se-á ou desaparecerá, na medida em que realmente se encontrar com as necessidades clínicas. Achamos que ajuda a comunicação entre os trabalhadores familiares, acompanha a formulação dos problemas familiares e as finalidades do tratamento e provê também um registo escrito do funcionamento da família, para referência futura. Comprovou ser um válido instrumento de ensino nos anos recentes. Questões de validade e de fidelidade são pertinentes mas não problemáticas neste contexto clínico.

Há duas críticas maiores. A primeira é que nos fizemos falsas distinções ao determinar nossas dimensões. No campo real, naturalmente, tudo está interconectado e qualquer acontecimento familiar é simultaneamente comunicação, experiência, aliança e, assim, de seguida. É a tarefa do observador humano, *conforme os seus propósitos*, artificialmente e temporariamente estabelecer desconexões. A segunda é que nós misturámos conceptualização e observação. Como resposta a isto, fazemos notar que a conceptualização deve preceder a observa-

ção clínica e que o Formato não exige juízos subtis ou profunda intuição, mas antes declarações claras do que se vê.

O Formato Sumário dá uma grande latitude aos que o usam, mas exige aquele especial cuidado e aquela descrição auto-disciplinada, sem os quais a terapia familiar não pode progredir.

B I B L I O G R A F I A

ACKERMAN, N.W. (1958) *The Psychodynamics of Family Life*, New York: Basic Books.

DUVALL, E. (1967) *Family Development*, Philadelphia: Lippincott.

EPSTEIN, N.B., BISHOP, D.S., and DEVIN, S. (1978): «The McMaster model of family functioning», *J. Marr. Fam. Counsel.*, 4: 19-31.

HALEY, J. (1977). *Problem Solving Therapy*. San Francisco: Jossey Bass.

KINSTON, W. and BENTOVIM, A. (1980). «Creating a focus in marital and family therapy», Ch. 14 in: BUDMAN, S. (Ed.) *Forms of Brief Psychotherapy*, New York: Guilford Press.

MUNUCHIN, S. (1974). *Families and Family Therapy*. London: Tavistock.

RISKIN, J. and FAUNCE, E.E. (1970). «Family Interaction Scales. I. Theoretical framework and method», *Arch. Gen. Psychiat*, 22: 504-512.

TOMM, K. and WRIGHT, L.M. (1979). «Training in family therapy: perceptual, conceptual and executive skills», *Fam. Proc.*, 18: 227-250.